

## ATA 4ª REUNIÃO REVISÃO LEI 8.683/16

- **LOCAL:** Paço Municipal de Jundiaí – Sala de situação (7º andar)
- **INÍCIO:** 18 Horas **ENCERRAMENTO:** 20 Horas
- **DATA:** 26/02/2018
- **PARTICIPANTES:** Conforme a Lista de Presença
- **LAVRATURA DA ATA:** Paula de C. Siqueira – UGPUMA/NUPLAN
- **ASSUNTOS DISCUTIDOS/PROPOSTAS**
  - **Paula/PMJ/UGPUMA:** Abre a reunião agradecendo a participação de todos e dizendo que a reunião será conduzida pela equipe da UGPUMA, assim como apresenta a pauta que será a continuidade do Tema 1 – Restrições de uso do Solo quanto a Classificação e Porte das Atividades e não a deliberação, levando em conta o recebimento de várias propostas de munícipes e também a inter-relação quanto ao sistema viário e zoneamento. Portanto, será apresentado, na sequência da “Classificação e Porte das Atividades” o tema “Classificação do Sistema Viário”. Foram determinadas as datas das duas próximas reuniões para os dias 12/03 e 26/03. Foi aberto o site da Prefeitura de Jundiaí e do Plano Diretor para mostrar o caminho de encaminhamento de propostas, assim como a planilha com as propostas sistematizadas que serão distribuídas por temas e dadas respostas para cada uma delas. Muitas das respostas virão durante as reuniões, porém de qualquer forma, as respostas a cada proposta, serão inseridas na planilha.
  - **Sr. Irineu:** Diz que o problema dele é ter o direito de construir apartamentos para idosos e sem garagem e quer um prazo para resposta sobre a possibilidade de construir ou não.
  - **Sylvia/PMJ/UGPUMA** esclarece que será apresentada a proposta de classificação de atividades durante a reunião e ele conseguirá analisar se esse uso será contemplado ou não, do uso habitacional em determinadas zonas.
  - **Paula/PMJ/UGPUMA** pede para o Sr. Irineu participar de todas as reuniões, independentemente da pauta específica, pois o Plano é sistemático, todos os temas se relacionam e, portanto, é complicado termos as respostas prontamente. Por isso a importância de participação de todo o processo.
  - **Sylvia/PMJ/UGPUMA** explica que, com base nas discussões anteriores, será apresentada a proposta de classificação, objetivos e porte das atividades, assim como será explicitado o impacto que determinada atividade gera, feita adequação mais justa ao local onde ela está no viário e também em relação ao porte. Essa proposta estará disponibilizada no site para análise e deliberação na próxima reunião. Serão apresentados os conceitos: o que constitui o impacto, como foram categorizados e como as atividades estarão em cada uma dessas categorias.
  - **Alessandra/PMJ/UGPUMA** apresenta a incomodidade das atividades considerando a hierarquia de incômodos, facilitando a interpretação dos cidadãos e o trabalho interno. Quanto ao porte, reconsiderar outros critérios além da área e adotá-lo apenas quando a atividade significar alteração de incômodo, aproximar sempre que possível o porte do coeficiente de aproveitamento básico do lote

padrão e ajustar o porte do conjunto (reunião de várias atividades). A proposta da UGPUMA é a inclusão dos **grupos de potencial de impacto preponderante na tabela de uso do solo** – quadro 5A. Para uma mesma atividade, temos várias formas dela acontecer na cidade, considerando-se o impacto em cada área. Foram identificadas 10(dez) categorias considerando as características das atividades já existentes. Alguns incômodos são previstos, porém estão relacionados às atividades necessárias ou essenciais à vida dos bairros. O que é essencial para o Centro é diferente do essencial para o Periurbano, por exemplo.

- **Henrique/PMJ/UGPUMA** apresenta as categorias dentro do critério de impacto/incômodo fazendo um paralelo com o que é bem-vindo e o que não perto de onde moramos. **Proposta de divisão de atividades em categorias:**  
Categoria 1: Atividades essenciais na zona urbana; Categoria 2a: Fluxo diluído de veículos leves/pessoas; Categoria 2b: Fluxo concentrado de veículos leves/pessoas; Categoria 3: Ruído diurno; Categoria 4: Fluxo diurno de veículos pesados; Categoria 5: Ruído noturno; Categoria 6: Fluxo noturno de veículos pesados; Categoria 7: Impacto específico I (templos); Categoria 8: Impacto específico II (clubes de campo); Categoria 9: Impacto específico III (grandes aglomerações de pessoas). Além das atividades comerciais, foram apresentados os impactos para atividades industriais, dentro de impactos leve, moderado e alto, considerando-se os critérios da CETESB. Por último, as atividades proibidas no território. Outro item a ser tratado é o **porte**. Entende-se que a classificação viária é fundamental para a definição. Porém, também é entendido que o porte é essencial para pensar a proteção de bairros predominantemente residenciais. É necessário pensar o porte por zoneamento, além da sistematização com a classificação viária.
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** Algumas propostas recebidas estão sendo consideradas, como as atividades da economia criativa que não tem nenhum impacto e, portanto, consideradas atividades essenciais ao bairro e outras que devem estar restritas a algumas regiões. O fato de agrupa-las com a classificação de economia criativa sinaliza o interesse de Jundiaí e está sendo avaliado se deve estar associada às políticas públicas ao invés de estarem apenas associadas a um grupo.
- **Aline/PMJ/UGPUMA:** Apresenta o trabalho que o DPU vem desenvolvendo em apoio ao DEURB, visto a interface que cada assunto acaba sendo uma variável de uma forma e precisamos tratar todas as variáveis para enxergarmos o território. Apresenta conceito de função urbanística que a rua tem na cidade e exemplifica com desenhos que a rua é o elemento estruturador da cidade. Todas as vezes que qualificamos a cidade com esta cidade é segura, arborizada, bonita, estamos falando das ruas... Para quebramos o pensamento de que quando falamos de rua, estamos falando de carro, apresenta uma imagem ilustrativa das várias ações que acontecem na cidade sem a utilização do carro. Várias propostas recebidas questionavam o porquê da não utilização do Código Brasileiro de Trânsito e mostra que o conceito considera o Código, ou seja, o carro e o trânsito é um dos fatores, mas não o prioritário.

Foram percebidas duas questões: **Deixar claro o conceito de cada classificação e entendermos se eram necessárias as cinco classificações do Plano**. Passou pelos conceitos: **via de acesso ao lote** sendo a mais restrita (rua sem saída, rua do miolo de bairro). Muitas vias no Plano foram classificadas

como de acesso ao lote e, portanto, acabou-se restringindo muitos usos desejáveis. Vias de circulação: cuidado com o ambiente residencial mas permitem o comércio de suporte ao uso residencial; **Vias de indução**: tem um papel de se tornar uma microcentralidade do bairro e tem também uma questão temporal, pois há vias que conseguimos induzir alguns usos de suporte ao bairro; **Vias de concentração**: vias já consolidadas que apresentam um potencial de comércio e serviços mais forte e já não se classificam como centros de bairros mas entre bairros ou de regiões; **Vias estruturais**: conectam os diferentes bairros e portanto permitem comércios que geram maior impacto e por fim, as **Vias de Desenvolvimento Regional** que são as marginais e rodovias. Foram apresentadas algumas simulações de como o território está sendo analisado, exemplificando alguns bairros como um primeiro exercício para que, posteriormente, possam ser feitas simulações junto com o zoneamento e classificação das atividades.

- Foi aberto o **debate**:
- **Silvio Duarte**, arquiteto, Vice-Presidente do CMPT faz duas colocações: Acha importante termos um olhar para classificação das vias que considere também a criança. E relaciona essa pontuação também ao pedestre chegando ao lote, passando por quitandas, farmácias, etc. E sobre a classificação das atividades, propõe que seja considerado o incômodo químico como cheiro e odor.
- **Aline/PMJ/UGPUMA** explana sobre o Convênio com o Instituto Alana para o desenvolvimento de várias ações em que será pensada a cidade para a criança e sendo pensada para a criança, todos estão inseridos. "Temos um projeto chamado "Entre a Casa e a Escola" que qualifica o trajeto dos alunos da casa à escola, tendo como projeto piloto a Escola Deodato Janski. " Sobre o pedestre: o transporte ativo é o prioritário não só no Plano, mas nas ações do Planejamento, sendo princípio de política pública para todas as vias da cidade.
- **Lourdes**, comerciante/moradora do Eloy Chaves: Diz que o importante é a visita no local, conhecer o que de fato está implantado.
- **Paula/PMJ/UGPUMA**: Diz que a análise para elaboração do Plano Diretor foi realizada com base no Cadastro Fiscal e temos realmente que a todo momento fazer um exercício de análise do território em tempo real, porém solicita a colaboração de todos nesse trabalho com a aprovação de projetos, assim como o licenciamento e regularização das atividades.
- **Marcio Votti**, engenheiro, trabalha na FA Oliva, conselheiro PROEMPI: Lembra que havia um projeto viário e desde 1996 essa "planta" desapareceu e nunca mais tivemos um Plano Diretor com um projeto viário. Sobre a classificação das vias, alerta para as de desenvolvimento regional: as marginais hoje, principalmente a Via Anhanguera, temos que considerar que trechos longos possuem uso residencial e não apenas logística e indústria. Existem bairros hoje que são cortados pela Rodovia.
- **Aline/PMJ/UGPUMA**: Hoje consideramos o assunto Mobilidade e não apenas o contexto do viário. Todos os projetos viários da cidade estão concentrados nas diretrizes viárias. Um levantamento mostrou que 25% das vias possuem diretriz e questiona se a Prefeitura terá recurso para desapropriação, implantação, além de considerar a real necessidade de implantá-las.

Entende que é necessário entendermos o que é Projeto e o que é Plano Diretor, sendo que uma Lei é muito difícil de revogar, portanto, talvez a mobilidade que engloba o viário, precise ser pensada entre as duas escalas – Plano e Projeto. Claro que há o planejamento dos anéis viários, na escala do planejamento, mas entende que é necessário pensarmos com bastante cuidado as duas escalas e conceito. Fica a demanda para análise da equipe.

- **Sr. Irineu Romanato:** Levanta a questão do idoso e a necessidade de ser criada uma concentração da maioria dos idosos no bairro da Colônia e posteriormente Unidades de Saúde com médicos especialistas em geriatria.
- **Paula/PMJ/UGPUMA:** Diz que a divisão de pessoas em grupos pode trazer um resultado diferente do que desejamos e sobre a mobilidade, hoje há uma premissa do Desenho Universal que é abarcar todas as pessoas e assuntos de acessibilidade. E sugere que façamos um debate maior, em outro momento.
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** A atividade asilo ou moradia de idosos pode ser contemplada na categoria de atividades essenciais ao bairro.
- **Aline/PMJ/UGPUMA:** Não é porque nas nossas apresentações não falamos especificamente de habitação do idoso, pois estamos falando sobre cidade e a distribuição dos usos na cidade, garantindo que todo bairro tenha sua dinâmica, seu comércio, que a mobilidade funcione e o olhar do viário sob a ótica do transporte público, estamos incluindo o idoso. Parece não estar focado mas faz parte da nossa discussão.
- **Jorge,** representante do setor da mineração, levanta uma questão a respeito da classificação industrial, considerando-se os critérios da CETESB. Diz que houve uma mudança do cálculo para a classificação e retirada de alguns impactos. Como será feita a classificação da extração mineral que era Classe III e hoje não possui classificação?
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** Explica que a CETESB reclassificou a atividade e no caso da extração mineral foi classificada como indústria. Precisamos entender a mudança de categoria.
- **Jorge** pede para que seja considerada a vocação do território.
- **Sylvia/PMJ/UGPUMA:** Afirma que a vocação é considerada nos estudos e muitos usos podem não ser desejados no futuro. O uso tolerado busca dar conta do que hoje não queremos, porém, se a atividade estiver implantada há anos, ela deve ser tolerada.
- **Jorge:** Diz que a questão da extração mineral não é apenas uma questão de zoneamento pois depende do estudo geológico.
- **Gustavo Diniz:** Questiona que a reunião estava para deliberação e aliás apresentou uma proposta de apresentação de minuta e vendo as apresentações e forma de debate viu que a reunião está diferente da pauta. São muitos temas discutidos simultaneamente, as demandas estão muito pulverizadas. E as apresentações envolvem questões que estão em desenvolvimento. Entende que estamos numa fase de instrução e não de deliberação. Sugere que sejam feitos, então, pareceres técnicos e quando chegarmos no momento da deliberação que tenhamos as propostas em forma de minuta. Levanta a questão de que, por exemplo, o começo da corrosão do governo Temer se deu por conta de tráfico de influência, corrupção passiva por conta de um imóvel de tombamento que foi objeto de especulação no gabinete do Geddel Vieira, ou seja, a questão de uso,

do território é uma questão muito séria e, portanto, não podemos deliberar algo que não sabemos o que é, sendo a transparência muito importante. Coloca uma sugestão de estudar a classificação viária bairro a bairro, rua a rua, onde passa o transporte público, onde está o comércio. Tudo está conectado. Na questão viária, também, é necessário pensar a Arborização. Coloca a questão de se pensar a sequência estratégica.

- **Paula/PMJ/UGPUMA:** Diz que a reunião foi iniciada com o assunto questionado. Esse cronograma foi feito de acordo com o maior problema enfrentado que são as restrições de uso e ocupação do solo mas entendemos que a Lei é sistêmica e temos que passar por toda Lei e, passando por toda a Lei, tudo que enxergamos que podemos melhorar, faremos. Sempre num processo aberto, participativo. "Entendemos que todos devemos evoluir a cada reunião no entendimento de cada assunto e hoje, por exemplo, optamos pela não deliberação pois a classificação das atividades, classificação viária e zoneamento se inter-relacionam, além do recebimento de várias propostas recebidas que devem ser consideradas. Temos por metodologia a divisão dos temas para conseguirmos focar e cumprirmos o prazo proposto. Independentemente, a discussão é contínua. Entregamos às Unidades de Gestão, uma pré-organização das políticas, plano e programas dentro dos sistemas de investimentos prioritários para discussão e organização de cronogramas. " Apresenta as propostas organizadas no site do Plano Diretor e informa que todas estão inseridas no Processo 2.061/17. É feita uma pré-análise para distribuí-las por temas e muitas das respostas virão nas apresentações, mas de qualquer forma, as respostas estarão na planilha e receberemos as devolutivas até chegarmos num consenso. Estamos tranquilos em relação ao processo, melhoraremos a celeridade da comunicação. Sobre a minuta, ela também passará pelos trâmites necessários.
- **Gustavo:** Insiste na publicação das apresentações e pareceres a tempo de análise anterior à reunião que discutirá o tema.
- **Aline/PMJ/UGPUMA:** Aline concorda que a classificação viária deve ser bairro a bairro, porém precisamos fazer os dois: Olhar a cidade e o bairro, para definirmos o conceito das vias na cidade. Sobre a relação do transporte público, é uma preocupação e temos um problema de compatibilização com o Plano de Mobilidade. Estão sendo estudados mecanismos que permitam uma futura flexibilidade para compatibilização com a Lei.
- **Lourdes:** Coloca que seu protocolo possui um abaixo-assinado assinado de 35 pessoas e 75 empresas, não trata de nada específico dela. Fala que o Eloy Chaves é um bairro dos que mais se desenvolveu em Jundiaí e afirma que o Plano seja feito sob a ótica da cidade real com contribuições de quem mora no local.
- **Silvio Drezza:** Com relação à mineração, entende que basicamente a mineração em Jundiaí se faz em quatro frentes: água, granito, argila vermelha e areia aluvionar. A areia tem um valor agregado muito baixo, fazendo com que o frete a encareça, pois boa parte da areia vem de Jacareí, resultando num valor agregado alto. Sugestão: o Plano Diretor dar uma atenção especial à planície aluvionar do Rio Jundiaí com uso seletivo por um determinado tempo antes do uso definitivo. Que o uso urbano seja posterior ao uso de extração mineral. Outra questão: A CETESB está passando por uma reorganização e especificamente com relação ao W da CETESB e, portanto, entende que não é o mais adequado a classificação pelo

órgão, pois é levada em consideração a poluição e não o impacto em si. Exemplo: Indústria química tem o W5 e uma indústria de cosmético também tem W5 porque tem componentes que fazem com que o nível de poluição seja alto.

- **Vinícius/PMJ/UGPUMA:** Algumas indústrias, independentemente do W, em função do número de funcionários, porte, etc., cai no sistema simplificado e talvez encaixe no que o Silvio está dizendo, porém, como classificar o impacto da indústria que é uma soma de poluição, de resíduos, de veículos, etc. A CETESB deve fazer uma análise estatística. Porém, o Silvio entende que ela considera apenas o dado da poluição. A necessidade de dialogar com a CETESB é importante de qualquer forma.
- **Wilson,** representante do Residencial Jundiáí apresenta vias estreitas e a dificuldade de circulação, principalmente dos veículos que prestam serviços públicos como coleta de lixo e cata-treco.
- **Aline/PMJ/UGPUMA:** Necessário olhar com atenção porque a questão pode ser do Plano, mas também de operação. Sugere que nos envie as vias nessa situação por e-mail.
- **Antônio Rogério:** Gostaria de um esclarecimento sobre restrição da atividade de escritório de contabilidade na área central.
- **Paula/PMJ/UGPUMA:** Pergunta se é sobre a proposta de reclassificação enviada por e-mail, da Marcilio Dias. Hoje está classificada como acesso ao lote e a via, provavelmente, deve ser reclassificada.
- **Henrique/PMJ/UGPUMA:** Diz que há possibilidade de algumas permissões na via de acesso ao lote para atividades sem incômodo, assim como há o Artigo 310 para uma possível consideração da permissão da atividade, se comprovada atividades similares na via.
- **Pedro Ferreira:** Coloca a questão da participação popular e pergunta se as denúncias à Fiscalização do Comércio ao 156 chega até nós. Respondemos que sim e temos prazo para resposta.
- **Henrique/PMJ/UGPUMA** diz que partimos do princípio de que a atividade não deve causar incômodo, porém certos usos gerarão ruído. A UGPUMA consegue eventualmente constatar que determinadas atividades geram determinados potenciais de impactos.
- **Francine/PMJ/UGPUMA** diz que os laudos feitos pela UGGF são feitos considerando a normativa da CETESB, porém há várias variantes como porta aberta, porta fechada, ruído da rua, etc.
- **João Luiz:** Faz um pedido de melhorias de utilização de área pública no Jardim da Fonte por estar extremamente insegura.
- **Nivaldo Callegari:** Faz uma colocação sobre os alargamentos viários. Que as áreas contempladas pelos alargamentos não sejam objeto de loteamento.
- **Paula/PMJ/UGPUMA:** Encerra a reunião.

#### ENCAMINHAMENTOS:

- Recebimento de propostas da população e sociedade civil organizada para análise até dia 19/03. Obs.: Solicitação de envio de propostas até uma semana antes da data da próxima reunião.

- Deliberação sobre o tema “Classificação e Porte das atividades”. Serão apresentados os conceitos: o que constitui o impacto, como foram categorizados e como as atividades estarão em cada uma dessas categorias.
- Deliberação sobre a classificação viária: Deixar claro o conceito de cada classificação e entendermos se são necessárias as cinco classificações do Plano.
- Respostas às questões levantadas, tema a tema, para publicação no site e posterior apresentação em reunião para discussão e deliberação.
- Discussão do tema 1 quanto aos zoneamentos rural e urbano.